



**Dr. Sebastião Cezar Mendes
Tramontin**

é Diretor de Defesa Profissional do CBR

**Como já tenho levado
ao conhecimento dos
membros do CBR, a
Diretoria continua na
batalha pela tentativa de
reversão da alíquota do
IRPJ das pessoas jurídicas
prestadoras de serviços
de diagnósticos.**

Em dezembro de 2007 por Instrução Normativa da Receita Federal foi modificada para 32%, ao invés de 8% como era o entendimento anterior.

Inicialmente o CBR junto com a Sociedade de Patologia Clínica empreendeu os esforços possíveis na tentativa, junto à Receita Federal, de anulação de tal ato administrativo, (Instrução Normativa nº 791 da RF), porém não obtivemos êxito.

O segundo passo foram os contatos com o Deputado Luis Carlos Hauly, do Paraná, que é relator do Projeto de Lei nº

A luta pela redução das alíquotas do IRPJ e CSLL

1716 de autoria do Deputado Júlio Delgado, de Minas Gerais, que trata do IRPJ dos serviços diagnósticos e onde o Deputado incluiu os serviços de diagnóstico por imagem.

Também neste espaço de tempo tivemos o apoio e a elaboração de outro projeto de lei, agora no Senado Federal, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko (MT) legislando também a nosso favor, por entendimento que tal tratamento fiscal é injusto para os serviços de diagnósticos.

Tanto o Projeto de Lei na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal são de solução a médio ou longo prazo, e, embora esperamos ter êxito nestas iniciativas, os prejuízos das clínicas são imediatos.

Tais projetos estão em tramitação naquelas casas de lei e estamos acompanhando diretamente e através de assessoria parlamentar.

Nos meses de março e abril o CBR esteve representado por seus dirigentes, todas as semanas em Brasília, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, mantendo contatos com os deputados acima citados e com o Presidente da Câmara, o Deputado e médico Dr. Arlindo Chinaglia, que sempre nos atendeu pronta e gentilmente, independente de sua atribulada agenda, dando-nos o seu apoio e compreendendo nossos anseios.

Neste período de trabalho, acima brevemente explicado aos associados do CBR, tivemos conhecimento da Medida Provisória nº 413, do Poder Executivo, que trata de assuntos tributários em diferentes segmentos da economia, e cujo relator é o Deputado Odair Cunha, do PT de Minas Gerais. Fizemos então contato com o Deputado Odair Cunha estudando a possibilidade da inserção dos serviços de diagnósticos em uma emenda em referida Medida Provisória. Após duas audiências com o Deputado, ele e o Deputado Hauly, do Paraná, nos possibilitaram a apresentação das nossas razões junto ao Secretário Adjunto da Receita Federal,

Sr. Carlos Barreto, e também não alcançamos êxito. Porém, graças à compreensão do Deputado Odair Cunha fomos inseridos “por exceção” em referida MP para ser votada na Câmara dos Deputados e, se aprovada, seguirá os caminhos de toda alteração de normas na legislação do nosso país.

Se aprovada na Câmara automaticamente será enviada ao Senado Federal para também ser aprovada, ou não, e finalmente enviada ao Poder Executivo para ser sancionada, ou não, pelo Sr. Presidente da República.

Embora pareça um caminho demorado para a tentativa de solução, hoje, este último é o mais rápido e eficaz, se aprovado, porém não menos trabalhoso.

Contamos nesta fase da empreitada com a compreensão, apoio e orientação do Senador e médico Papaleo Paes, do Amapá, nos franqueando seu gabinete, seu empenho pessoal e sua assessoria, ao qual somos muito gratos.

Mantivemos contato com os Senadores Serys Slhessarenko, Tião Viana, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Aloísio Mercadante, Osmar Dias e José Sarney explicando a todos as razões de nosso pleito e solicitando os seus apoios para quando tal medida chegar ao Senado Federal para votação, a mesma ser aprovada.

O CBR está atento aos interesses não somente de seus associados, assim como da população, no intuito de permitir que mais pessoas tenham acesso aos modernos meios diagnósticos.

O nosso pleito é legítimo e justo, porque os hospitais, com tal Instrução Normativa continuam (justamente) contribuindo com a alíquota de 8% e os serviços de diagnósticos “não hospitalares” embora prestando os mesmos serviços, contribuindo com 32%. Se não fosse injusto é impraticável na nossa atividade. Não podemos ter tratamento fiscal diferenciado para atividades correlatas.

Solicitamos a todos empreender esforços para aprovação da emenda do Deputado Odair Cunha (PT-MG) na MP 413 que trata do IRPJ dos serviços de diagnóstico.